

PLANO DE EMERGÊNCIA DOS CANDIDATOS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Isto É-Senhor, 25/10/89

Pede-se aos candidatos um plano de emergência. Pergunta-se o que farão no primeiro mês depois de assumirem a presidência. E com esta pergunta pretende-se testar o candidato. Saber se ele terá condições de enfrentar a crise aguda do momento. Tenho sérias dúvidas de que esta seja uma boa forma de avaliar candidatos. Já deve ter ficado claro que eles são capazes de dizer qualquer coisa para conseguir alguns votos. Conforme tem observado Mário Covas, dizer em termos gerais o que é preciso fazer não é o maior problema. Difícil mesmo é ter a liderança política e a firmeza moral para tomar as medidas necessárias e para conseguir o apoio a essas medidas.

As medidas de emergência dependerão do estado da economia no momento da posse. Tecnicamente é provável que já estaremos em hiperinflação. É quase certo que em março a inflação mensal já terá superado a marca dos 50 por cento. Mas em termos reais é bem possível que continuemos em uma situação de hiperinflação indexada, semelhante ao atual, em que essa taxa de inflação altíssima não significa nem a explosão nem a enorme instabilidade das taxas de inflação que caracterizaram as hiperinflações melhor conhecidas.

Todos sabem que um quadro desse é insustentável e que o presidente terá que tomar medidas duras para fazer frente à crise. Todos sabem que um ajustamento fiscal radical, do qual fará parte a redução unilateral da dívida externa, será inevitável. A dívida interna, que tanta preocupação causa entre os empresários, não precisará ser consolidada, muito menos sofrer um processo de moratória interna. Mas o déficit público - que está na base da inflação e é, ao mesmo tempo, consequência dela - terá que ser eliminado de vez. E os agentes econômicos terão que ficar convencidos de que o novo presidente conseguiu este resultado para que o plano de estabilização possa ser bem sucedido.

Para obter o apoio do Congresso e da sociedade em geral para seu programa de ajustamento fiscal não basta que o presidente tenha a legitimidade da eleição popular. Precisarás mais. Será necessário que ele se disponha a realizar um governo de união nacional. A característica mais importante de um plano de emergência não é esta ou

aquela decisão sobre o que fazer, mas a obtenção de uma verdadeira união nacional diante de uma crise muito grave.

Mário Covas tem insistido nessa idéia. A união nacional começa pela nomeação do ministério, que definitivamente não poderá ser um ministério partidário. O partido vitorioso será o núcleo do governo. Mas o ministério deverá ser, necessariamente, um ministério representativo de toda a nação. Um ministério que englobe partidos de esquerda e de direita, empresários e trabalhadores.

Em certos momentos, quando uma sociedade encontra-se relativamente estabilizada, o resultado de uma eleição pode se traduzir na formação de um governo partidário, que represente apenas a coalizão vencedora. Não é este o caso do Brasil hoje. O presidente que chegar ao poder com uma visão setorial, partidária, estará fadado ao fracasso. A crise é tão grave, os riscos de uma hiperinflação desestruturadora do sistema econômico e do regime político são tão sérios, que só um governo de união nacional, que reúna todos os setores representativos da sociedade, poderá fazer frente a ela. Ao presidente caberá a liderança das ações no plano econômico, mas sua responsabilidade principal será a de assegurar essa união nacional, que só é necessária e viável em momentos em que toda a nação está ameaçada, como ocorre hoje.